

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ 61.074.175/0001-38

GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Seguradora atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com maior foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes. Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de automóvel, comerciali-

zada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de julho de 2014 a Seguradora efetivou a transferência da carteira de seguro rural para a Companhia Excelsior de Seguros, conforme aprovação da SUSEP através da Portaria nº 5.752, de 25 de fevereiro de 2014. Visando à maior simplicidade de seu modelo operacional, em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., também controlada pela SH2. No exercício de 2014 a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 5.435,3 milhões, representando, incremento de 20,1% e lucro líquido de R\$ 88,0 milhões, 59,4% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 29 de abril, 30 de

junho e 29 de dezembro de 2014 os Acionistas deliberaram aumentos de capital nos valores de R\$ 35,6 milhões, R\$ 35,0 milhões e R\$ 110,0 milhões, respectivamente. Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 836,9 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos	26b	5.435.306	4.525.081
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(489.130)	(275.209)
(=) Prêmios ganhos	26a	4.946.176	4.249.872
(+) Receita com emissão de apólices		(77)	(1.348)
(-) Sinistros ocorridos	26c	(3.143.166)	(2.655.135)
(-) Custos de aquisição	26d	(968.901)	(818.922)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	26e	(105.894)	(155.942)
(-) Resultado com operações de resseguro	26f	(244.620)	(244.592)
(+) Receita com resseguro		722.784	565.820
(-) Despesas com resseguro		(967.404)	(810.412)
(-) Despesas administrativas	26g	(456.029)	(431.460)
(-) Despesas com tributos	26h	(94.282)	(154.338)
(+) Resultado financeiro	26i	200.290	288.913
(+) Receitas financeiras		367.230	404.824
(-) Despesas financeiras		(166.940)	(115.911)
(+) Resultado patrimonial	12	21.932	34.192
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(197)	(144)
(=) Resultado operacional antes dos impostos e participações		155.232	111.096
(-) Imposto de renda	27a	(20.205)	88.926
(-) Contribuição social	27a	(15.567)	53.129
(-) Participações sobre o resultado		(31.498)	(36.501)
(=) Lucro líquido do exercício		87.962	216.650
(/) Quantidade de ações		1.108.531.148	1.010.843.077
(=) Lucro líquido por ação		0,08	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	87.962	216.650
Outros resultados abrangentes	5.661	(8.702)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	6.142	(11.212)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(2.457)	4.486
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda (de controlada)	3.293	(3.293)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes (de controlada)	(1.317)	1.317
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	93.623	207.948
Resultado abrangente do exercício atribuível aos Controladores	93.623	207.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de Lucros				Ajuste com títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de investimentos	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.231.663	66.000	497	45	396	13.550	233.347			1.545.498
Dividendos deliberados e pagos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	-	-	(15.600)	-	-	(15.600)
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	-	-	(217.747)	217.747	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.247 de 10 de abril de 2013	66.000	(66.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGOE de 26 de junho de 2013	-	38.000	-	-	-	-	-	-	-	38.000
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP 5.559 de 10 de outubro de 2013	38.000	(38.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGOE de 28 de novembro de 2013	-	33.600	-	-	-	-	-	-	-	33.600
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(6.726)	-	(6.726)
Títulos e valores mobiliários (de controlada)	-	-	-	-	-	-	-	(1.976)	-	(1.976)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	216.650	216.650
Distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	10.832	-	-	(10.832)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	205.818	-	(205.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.335.663	33.600	497	45	396	24.382	423.565	(8.702)		1.809.446
Aumento de capital - AGE de 29 de abril de 2014	-	35.600	-	-	-	-	-	-	-	35.600
Aumento de capital - AGE de 30 de junho de 2014	-	35.000	-	-	-	-	-	-	-	35.000
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.954 de 18 de julho de 2014	33.600	(33.600)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 49 de 2 de setembro de 2014	35.600	(35.600)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 56 de 9 de setembro de 2014	35.000	(35.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	110.000	-	-	-	-	-	-	-	110.000
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	3.685	-	3.685
Títulos e valores mobiliários (de controlada)	-	-	-	-	-	-	-	1.976	-	1.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	87.962	87.962
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	4.398	-	-	(4.398)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	83.564	-	(83.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.439.863	110.000	497	45	396	28.780	507.129	(3.041)		2.083.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013		2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			Caixa (consumido)/gerado pelas operações	(67.520)	25.750
Lucro líquido do exercício	87.962	216.650	Imposto de renda sobre o lucro pago	(12.094)	(19.229)
Ajustes para:	562.653	(408.806)	Contribuição social sobre o lucro pago	(7.326)	(12.778)
Depreciação e amortizações	58.960	58.497	Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(86.940)	(6.257)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	18.416	25.559	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	144	Ajuste a valor justo - Títulos disponíveis para venda	5.661	(8.702)
Resultado de equivalência patrimonial	(22.094)	(34.465)	Recebimento pela venda:	2.805	43.196
Variações das provisões técnicas	779.082	(534.067)	Investimentos	288	26.132
Custos de aquisição diferidos	(271.711)	75.526	Imobilizado	2.517	158
Variação nas contas patrimoniais:	(718.135)	217.906	Intangível	-	16.906
Aplicações	(484.058)	678.304	Pagamento pela compra:	(115.780)	(132.566)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(765.151)	369.407	Imobilizado	(15.497)	(26.484)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(551.211)	(352.187)	Intangível	(100.283)	(106.082)
Créditos tributários e previdenciários	4.707	(46.355)	Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(107.314)	(98.072)
Despesas antecipadas	2.258	(3.079)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Outros ativos	323.742	(61.984)	Aumento de capital	180.600	71.600
Depósitos judiciais e fiscais	(141.076)	(1.420)	Pagamento de dividendos	-	(15.600)
Impostos e contribuições	24.415	(123.069)	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	180.600	56.000
Débitos de operações com seguros e resseguros	334.812	40.026	Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.654)	(48.329)
Depósitos de terceiros	19.383	78.722	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	141.600	189.929
Provisões técnicas - seguros	416.965	113.562	Incremento de caixa e equivalente de caixa por incorporação	10.283	-
Provisões judiciais	123.001	(537.387)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	138.229	141.600
Outros passivos	(25.922)	63.366			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

continua ->

* continuação

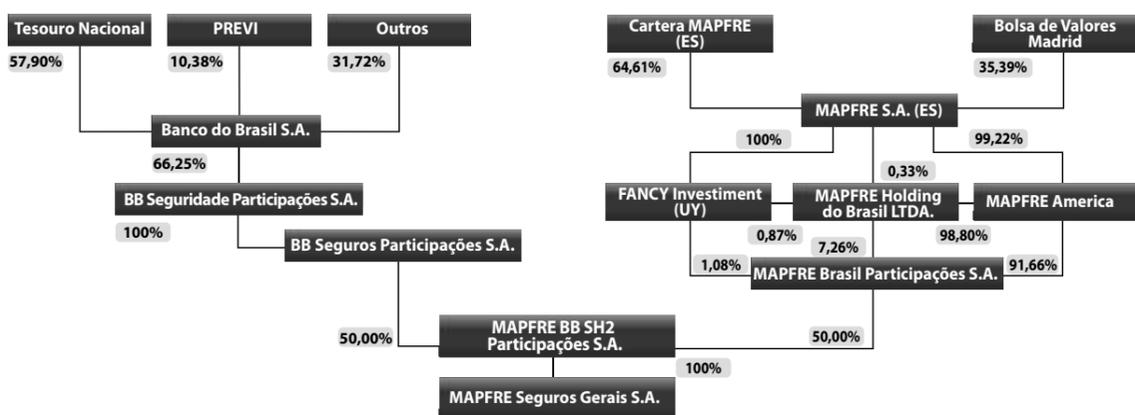
MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 28. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH1 é acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros

de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Visando maior simplicidade de seu modelo operacional, em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio da MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S.A., também controlada pela SH2, conforme nota explicativa nº 31. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • 3i - Classificação dos contratos de seguro; • 5 e 6 - Equivalentes de caixa e aplicações; • 7a - Provisão de crédito de liquidação duvidosa; • 20 e 3m - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; • 23 - Provisão de sinistros a liquidar judicial; • 24 - Provisões judiciais; e • 27b - Ativos e passivos fiscais diferidos. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment e hedge accounting* (Incluindo macro *hedging*) o Comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2018. A Seguradora também está avaliando os efeitos que o IFRS 15 (receita de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Seguradora ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. **b) Aplicações:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instru-**

mentos financeiros derivativos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber direitos líquidos de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência e sobre os créditos a recuperar com resseguradores, com base em estudo que considera o total dos créditos com data de origem superior a 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o rating do ressegurador. As operações com IRB Brasil Resseguros S.A. e MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros não são consideradas no estudo, visto que a Seguradora não tem histórico de risco de perda com esses resseguradores. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização. **f) Investimentos:** *i. Participações societárias:* Compreende substancialmente investimento na controlada BB MAPFRE Assistência S.A. que é avaliada por equivalência patrimonial. Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a controlada MAPFRE Affinity Seguradora S.A., foi incorporada em 1º de novembro de 2014. *ii. Imóveis destinados à renda:* É demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende, substancialmente, imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota 13. **h) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 14. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **i) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **j) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **k) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda poten-

cial, por meio da diversificação de riscos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem resarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Custos de aquisição diferidos:** É composto, substancialmente, por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, apropriados ao resultado pelo período de vigência das respectivas apólices e contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos. **m) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e ao prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP). A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial. Inclui o ajuste do IBNeR (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros que, anteriormente, eram abrangidos pela PSL e IBNR. A PDR abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros. **n) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **o) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocaíveis a sinistros, salvados e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, IBNR e IBNeR. Considerou-se na projeção a melhor estimativa de sinistralidade da série histórica nos diversos períodos compreendidos entre o último e os últimos 36 meses de análise, resultando no percentual de 59,4%. O valor presente esperado do fluxo relativo aos sinistros a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 457/12. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **p) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda por avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **q) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **r) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem, substancialmente, as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **s) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos

continua *

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas do Banco do Brasil e MAPFRE, a gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Seguradora conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de o evento de sinistro ocorrer e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevada. **Concentração de**

riscos: As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no

âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)						
	Auto	%	Danos	%	Demais	Total	Auto	%	Danos	%	Demais	Total	
Sudeste	1.649.336	32%	740.972	14%	845.660	15%	1.647.437	40%	240.947	6%	464.494	11%	2.352.878
Sul	748.464	14%	236.195	5%	286.819	6%	748.455	18%	171.787	4%	196.029	5%	1.116.271
Nordeste	238.070	5%	34.533	1%	45.234	1%	238.070	6%	24.352	1%	36.214	1%	298.636
Centro-Oeste	196.196	4%	48.762	1%	52.874	1%	196.196	5%	25.055	1%	37.379	1%	258.630
Norte	40.451	1%	7.903	0%	6.904	0%	40.452	1%	4.450	0%	5.896	0%	50.798
Total	2.872.517	56%	1.068.365	21%	1.237.491	23%	2.870.610	70%	466.591	12%	740.012	18%	4.077.213

Região geográfica	2013						2014						
	Auto	%	Danos	%	Demais	Total	Auto	%	Danos	%	Demais	Total	
Sudeste	1.751.765	41%	513.178	12%	1.011.700	24%	1.747.687	49%	262.944	8%	695.050	20%	2.705.681
Sul	413.377	10%	45.115	1%	132.094	2%	413.303	12%	30.085	1%	14.185	0%	457.573
Nordeste	153.670	4%	16.840	0%	36.148	1%	153.642	4%	11.229	0%	18.452	1%	183.323
Centro-Oeste	121.407	3%	16.255	0%	38.172	1%	121.381	3%	10.839	0%	14.531	1%	146.751
Norte	29.336	1%	3.647	0%	11.825	0%	29.336	1%	2.432	0%	7.885	0%	39.653
Total	2.469.555	59%	595.035	13%	1.229.939	28%	2.465.349	69%	317.529	9%	750.103	22%	3.532.981

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 122.135 e R\$ 134.798 (R\$ 130.645 e R\$ 99.907 em 2013).
(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 48.857 (R\$ 54.398 em dezembro de 2013).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 9,73% nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Fator de Risco	2014		2013	
	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL
a. Provisões técnicas	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(15.190)	(5.812)	
	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(15.190)	(9.884)	
b. Sinistralidade	Elevação de 5% na sinistralidade	(121.520)	(100.558)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não

Prêmio cedido aos resseguradores

Rating	2014			2013		
	Local	Admitida	Eventual	Local	Admitida	Eventual
A-	597.600	2.533	3.854	257.211	6.573	7.584
A	60.674	81.926	5.946	181.043	86.202	1.854
BBB+	14.314	-	771	-	-	-
AAA	5.506	-	-	-	-	-
A+	2.202	243.797	17.839	-	169.764	8.511
AA	-	7.488	2.423	-	8.174	3.202
AA-	-	20.371	19.491	-	20.560	8.174
AA+	-	330	14.095	-	-	2.696
Total	680.296	356.445	64.419	438.254	291.273	32.021

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 48.857 (R\$ 54.398 em dezembro de 2013).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de subscrição e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros (Aplicações) - Rating	2014				2013			
	AAA	AA+	AA	Sem rating	AAA	AA+	AA	Sem rating
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.011.899	-	-	-	2.011.899	-	-	-
Certificados de depósito bancário (CDB)	8.726	8.292	148.621	-	165.639	-	-	-
Debêntures	72.877	-	-	-	72.877	-	-	-
Outras aplicações	-	-	-	726	726	-	-	-
Total	2.093.502	8.292	148.621	726	2.251.141			

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 535.448 com lastro em títulos públicos. (**) A agência FIT Ratings foi utilizada como referência para a conversão da nota do grau de investimento. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch Rating* e *Moody's*. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas por meio de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração, cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, bem como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa quando necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovadas, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset and Liability Manage-*

ment), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses Ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Passivo	2014				2013			
	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 anos	acima de 5 anos	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 anos	acima de 5 anos
Disponível	63.546	-	-	-	63.546	-	-	-
Equivalentes de caixa (*)	74.683	-	-	-	74.683	-	-	-
Aplicações (*)	665.971	701.940	682.061	2.049.972	665.971	701.940	682.061	2.049.972
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.511.292	35.973	-	-	2.547.265	-	-	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	972.075	586.496	128.011	1.686.582	972.075	586.496	128.011	1.686.582
Outros créditos operacionais	85.089	-	-	-	85.089	-	-	-
Títulos e créditos a receber (**)	259.892	-	-	-	259.892	-	-	-
Outros Valores e bens	217.939	-	-	-	217.939	-	-	-
Despesas antecipadas	2.599	-	-	-	2.599	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	681.564	57.942	-	-	739.506	-	-	-
Outras aplicações	208	518	-	-	726	-	-	-
Ativo	5.534.858	1.382.869	810.072	7.727.799	5.534.858	1.382.869	810.072	7.727.799
Provisões técnicas (*) e (***)	2.655.305	1.817.384	396.921	4.869.610	2.655.305	1.817.384	396.921	4.869.610
Contas a pagar	347.510	-	-	-	347.510	-	-	-
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.101.269	-	-	-	1.101.269	-	-	-
Depósitos de terceiros	112.633	5.768	-	-	118.401	-	-	-
Passivo	4.216.717	1.823.152	396.921	6.436.790	4.216.717	1.823.152	396.921	6.436.790

(*) Para a alocação das aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 200.443 (R\$ 105.615 em 2013) e R\$ 200.407 (R\$ 105.570 em 2013), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 151.466 (R\$ 10.390 em 2013) e R\$ 135.785 (R\$ 12.784 em 2013), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 446.524 (R\$ 451.231 em 2013) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Finanças e a MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acompanham o resultado do *VaR* e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do *VaR* é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando-se o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 6.030 (R\$ 5.070 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, as posições que mais contribuíram em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Diante disso, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 2.251.141 (R\$ 1.777.366 em 2013) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 836.856 (R\$ 843.538 em 2013) foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 200.443 (R\$ 105.615 em 2013) referentes ao Convênio DPVAT, outros investimentos de R\$ 726 (R\$ 691 em 2013) e ativos alocados em carteira administrada de R\$ 568.111 (R\$ 160.728 em 2013). Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 645.005 (R\$ 666.794 em 2013).

	2014	2013
Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)
Fator de Risco		
Taxa de Juros		
Elevação de taxas	(137)	(1.903)
Redução de taxas	139	1.390

Parâmetros

a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2014 em 31 de dezembro de 2013. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial). **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que a matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises de Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13 (revogada pela Resolução CNSP nº 316/2014 que possui vigência a partir de janeiro de 2015), as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco. Liquidez em relação ao CR é a situação em que a Seguradora apresente montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco (CR). Até que o CNSP regule o capital pertinente a risco de mercado a Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2014	2013
Patrimônio líquido	2.083.669	
Participações societárias	(3.117)	
Despesas antecipadas	(2.599)	
Créditos tributários - Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(334.522)	
Ativos intangíveis	(237.161)	
Obras de arte	(148)	
Patrimônio líquido ajustado (a)	1.506.122	
Capital base - CB	15.000	
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	966.382	
Capital risco de crédito	128.224	
Capital risco de subscrição	859.696	
Capital de risco operacional	35.924	
Correlação entre os riscos	(57.462)	
Capital mínimo requerido (b)	966.382	
Suficiência de capital (c = a - b)	539.740	
Suficiência de capital (c/b)	55,85%	
Índice de solvência = PLA/CMR	1,56	

Abaixo está sendo apresentado o cálculo do índice de liquidez da Seguradora:

Capital mínimo requerido (a)	966.382
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP 302/13 - 20% sobre CMR	193.276
Ativos livres - vide nota explicativa 22(b)	198.878
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (b/a)	20,58%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	63.546	109.757
Equivalente de caixa (*)	74.683	31.843
Total de caixa e equivalentes de caixa	138.229	141.600

(*) Equivalente de caixa é composto por fundos de investimentos não exclusivos de curto prazo, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados às provisões técnicas.

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação

	2014	2013
Valor justo por meio do resultado	897.916	774.627
Fundos de investimentos	845.448	772.409
Cotas de fundos de investimento	—	5.383
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	200.443	105.615
Debêntures	—	93
Certificados de depósito bancário	7.689	—
Letras financeiras do tesouro	87.163	245.447
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	583	667
Operações compromissadas	535.448	306.239
Títulos da dívida agrária	14.122	129.430
Outros/caixa/valores pagar/receber/DI(*)	—	(20.465)
Carteira administrada	52.468	2.218

	2014	2013
Certificados de depósito bancário	8.726	2.551
Letras financeiras do tesouro	43.742	—
Outros/caixa/valores pagar/receber/DI	—	(333)
Disponível para venda	515.643	158.510
Carteira administrada	515.643	158.510
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	114.918	67.114
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	23.498	—
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	202.292	91.396
Títulos da dívida agrária	125.741	—
Debêntures	40.902	—
Certificados de depósito bancário	8.292	—
Mantidos até o vencimento	836.856	843.538
Fundos de investimentos	722.357	744.243
Certificados de depósito bancário	26.433	26.795
Debêntures	31.975	23.981
Letras do tesouro nacional	20.287	18.259
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	212.733	150.624
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	16.346	15.879
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	414.583	508.705
Carteira administrada	114.499	99.295
Certificados de depósito bancário	114.499	99.295
Outras aplicações	726	691
Outras aplicações	726	691
Total	2.251.141	1.777.366

b) Movimentação

Descrição	Ajuste a valor justo				Saldo	
	2013	Aplicações	Resgates	Atualizações (Nota nº 31)	2014	2013
Fundo de investimento exclusivo	1.411.037	1.545.231	(1.948.980)	—	131.464	228.610
Fundo de investimento - DPVAT	105.615	63.993	(66.166)	—	15.599	81.402
Certificado de depósito bancário (CDB)	101.513	41.000	(29.022)	—	14.135	3.891
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	91.396	157.829	(131.586)	2.277	16.476	65.900
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	67.114	142.402	(110.755)	4.983	11.174	—
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	—	19.154	(1.134)	87	1.878	3.513
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	43.002	—	—	740	—
Título da dívida agrária	—	124.106	(394)	(546)	2.575	—
Debêntures	—	37.987	(448)	(659)	1.167	2.855
Outras aplicações	691	—	(1)	—	—	36
Total	1.777.366	2.174.704	(2.288.486)	6.142	195.208	386.207

Descrição	Ajuste a valor justo				Saldo	
	2012	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	2013
Fundo de investimento exclusivo	2.354.744	1.854.615	(2.922.221)	—	123.899	1.411.037
Fundo de investimento - DPVAT	84.607	26.435	(11.152)	—	5.725	105.615
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.179	—	(2.345)	—	166	—
Certificado de depósito bancário (CDB)	119.102	7.500	(33.018)	—	7.929	101.513
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	70.785	—	(5.798)	2.127	67.114
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	—	133.750	(39.935)	(5.414)	2.995	91.396
Letras financeiras	2.240	—	(2.435)	—	195	—
Outras aplicações	1.804	—	(1.436)	—	323	691
Total	2.564.676	2.093.085	(3.012.542)	(11.212)	143.359	1.777.366

c) **Composição por prazo e por título:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

2014	1 a 30 dias ou sem vencimento		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil		Valor justo		Ajuste a valor justo	
	Valor	31 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Valor justo por meio do resultado	735.985	26.474	4.738	130.719	897.916	—	—	—	—	—	—	—
Fundos de investimentos	735.985	17.748	4.738	86.977	845.448	—	—	—	—	—	—	—
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	200.443	—	—	—	200.443	—	—	—	—	—	—	—
Letras financeiras do tesouro	—	7.866	—	79.297	87.163	—	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	128	—	455	583	—	—	—	—	—	—	—
Operações compromissadas	535.448	—	—	—	535.448	—	—	—	—	—	—	—
Títulos da dívida agrária	94	2.065	4.738	7.225	14.122	—	—	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	7.689	—	—	7.689	—	—	—	—	—	—	—
Carteira administrada	—	8.726	—	43.742	52.468	—	—	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	8.726	—	—	8.726	—	—	—	—	—	—	—
Letras financeiras do tesouro	—	—	—	43.742	43.742	—	—	—	—	—	—	—
Disponível para venda	1.023	43.635	28.127	442.858	515.643	520.712	(5.069)	—	—	—	—	—
Carteira administrada	1.023	43.635	28.127	442.858	515.643	520.712	(5.069)	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	—	—	8.292	8.292	—	—	—	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	40.902	40.902	41.560	(658)	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	—	—	114.918	114.918	115.734	(816)	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	—	—	—	23.498	23.498	23.411	87	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	—	—	—	202.292	202.292	205.428	(3.136)	—	—	—	—	—
Títulos da dívida agrária	1.023	43.635	19.835	61.248	125.741	126.287	(546)	—	—	—	—	—
Mantidos até o vencimento	—	26.433	—	810.423	836.856	825.827	—	—	—	—	—	—
Fundos de investimentos	—	26.433	—	695.924	722.357	711.328	—	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	26.433	—	—	26.433	26.433	—	—	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	31.975	31.975	30.839	—	—	—	—	—	—
Letras do tesouro nacional	—	—	—	20.287	20.287	19.607	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	—	—	212.733	212.733	216.442	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	—	—	—	16.346	16.346	15.574	—	—	—	—	—	—
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	—	—	—	414.583	414.583	402.433	—	—	—	—	—	—
Carteira administrada	—	—	—	114.499	114.499	114.499	—	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	—	—	114.499	114.499	114.499	—	—	—	—	—	—
Outras aplicações	726	—										

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	881.501	16.415	897.916	785.446	(10.819)	774.627
Fundos de Investimentos	837.759	7.689	845.448	785.779	(13.370)	772.409
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	5.384	-
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	200.443	-	200.443	105.615	-	105.615
Debêntures	-	-	-	-	93	93
Certificados de depósito bancário	-	7.689	7.689	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	87.163	-	87.163	245.447	-	245.447
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	583	-	583	667	-	667
Operações compromissadas	535.448	-	535.448	306.239	-	306.239
Títulos da dívida agrária	14.122	-	14.122	129.430	-	129.430
Outros/caixa/valores pagar/receber/DI	-	-	-	(1.619)	(18.847)	(20.466)
Carteira administrada	43.742	8.726	52.468	(333)	2.551	2.218
Certificados de depósito bancário	-	8.726	8.726	-	2.551	2.551
Letras financeiras do tesouro	43.742	-	43.742	-	-	-
Outros/caixa/valores pagar/receber/DI	-	-	-	(333)	-	(333)
Disponíveis para venda	466.449	49.194	515.643	158.510	-	158.510
Carteira administrada	466.449	49.194	515.643	158.510	-	158.510
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	114.918	-	114.918	67.114	-	67.114
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	23.498	-	23.498	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	202.292	-	202.292	91.396	-	91.396
Títulos da dívida agrária	125.741	-	125.741	-	-	-
Debêntures	-	40.902	40.902	-	-	-
Certificados de depósito bancário	-	8.292	8.292	-	-	-
Mantidos até o vencimento	654.056	171.771	825.827	668.290	149.344	817.634
Fundos de investimentos	654.056	57.272	711.328	668.290	50.049	718.339
Certificados de depósito bancário	-	26.433	26.433	-	26.795	26.795
Debêntures	-	30.839	30.839	-	23.254	23.254
Letras do tesouro nacional	19.607	-	19.607	17.608	-	17.608
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	216.442	-	216.442	144.250	-	144.250
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	15.574	-	15.574	14.872	-	14.872
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	402.433	-	402.433	491.560	-	491.560
Carteira administrada	-	114.499	114.499	-	99.295	99.295
Certificados de depósito bancário	-	114.499	114.499	-	99.295	99.295
Outras aplicações	726	-	726	691	-	691
Outras aplicações	726	-	726	691	-	691
Total	2.002.732	237.380	2.240.112	1.612.937	138.525	1.751.462

Não houve transferências de ativos entre níveis no exercício.

f) Taxa de juros contratada

2014	Maior taxa		Menor taxa		2013	Maior taxa		Menor taxa	
	NTN-F	LFT	NTN-F	LFT		NTN-F	LFT	NTN-B	NTN-C
NTN-F	18,49%	9,44%	NTN-F	18,49%	9,44%	NTN-F	18,49%	9,44%	
LFT	11,56%	6,37%	LFT	8,93%	6,37%	LFT	8,93%	6,37%	
LTN	11,09%	10,99%	LTN	11,01%	11,00%	LTN	11,01%	11,00%	
NTN-B	7,62%	2,88%	NTN-B	7,62%	2,88%	NTN-B	7,62%	2,88%	
NTN-C	5,89%	4,84%	NTN-C	4,84%	4,84%	NTN-C	4,84%	4,84%	
Debênture	110, CDI	110,00 CDI	Debênture	-	-	Debênture	-	-	
	IPCA + 6,00%	IPCA + 5,40%		IPCA + 5,89%	IPCA + 5,40%		IPCA + 5,89%	IPCA + 5,40%	
Debênture	ao ano	ao ano	Debênture	ao ano	ao ano	Debênture	ao ano	ao ano	
Debênture	11,17%	16,65%	Debênture	11,17%	11,17%	Debênture	11,17%	11,17%	
CDB	120,00% CDI	104,50% CDI	CDB	120,00% CDI	104,50% CDI	CDB	120,00% CDI	104,50% CDI	
TDA	15,02%	8,60%	TDA	15,02%	8,57%	TDA	15,02%	8,57%	

g) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa/Cetip. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

Derivativos	2014		2013		Vencimento
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	
OP FUT	189	43	43	-	1 a 30 dias ou sem vencimento
OP FUT	1.326	299	299	-	1 a 30 dias ou sem vencimento
Total	1.515	342	342	-	

Derivativos	2014		2013		Vencimento
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	
OP FUT	4.649	536	531	5	De 181 a 360 dias
OP FUT	(4.649)	254	254	-	De 181 a 360 dias
SWAP	1.728.477.022	1.728.477	109.007	1.805.679	De 181 a 360 dias
SWAP	(1.728.477.022)	1.728.477	127.854	(1.818.980)	De 181 a 360 dias
Total	-	3.457.744	237.646	(13.296)	

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2014			2013		
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber líquido
Automóvel	1.374.241	(15.983)	1.358.258	822.304	(11.370)	810.934
Patrimonial	374.978	(5.272)	369.706	412.601	(2.270)	410.331
Rural	215.460	(1.525)	213.935	114.822	(325)	114.497
Aeronáuticos	87.777	(599)	87.178	70.042	(436)	69.606
Pessoas coletivo	40.329	(147)	40.182	1.799	(363)	1.436
Riscos financeiros	34.171	(436)	33.735	16.382	(236)	16.146
Marítimos	30.012	(174)	29.838	25.708	(98)	25.610
Responsabilidades	26.520	(183)	26.337	30.006	(169)	29.837
Riscos especiais	8.149	(1)	8.148	69.230	(551)	68.679
Habitacional	5.766	(40)	5.726	82	(39)	43
Demais ramos	59.622	(901)	58.721	100.601	(840)	99.761
Total	2.257.025	(25.261)	2.231.764	1.663.577	(16.697)	1.646.880

b) Movimentação de prêmios a receber

Saldo Inicial 1º de janeiro	2014		2013	
	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados
(+) Prêmios emitidos	6.240.551	-	4.885.836	-
(+) IOF	275.433	-	291.364	-
(+) Adicional de fracionamento	46.056	-	39.260	-
(-) Prêmios cancelados	(492.711)	-	(493.614)	-
(-) Recebimentos	(5.617.472)	-	(4.989.523)	-
(+/-) Constituição/reversão de provisão para perda	(8.564)	-	2.547	-
(+) Incorporação (Nota 31)	141.591	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	2.231.764	1.646.880	2.231.764	1.646.880

c) Composição por prazo de vencimento

A vencer	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
A vencer até 30 dias	929.876	660.765	929.876	660.765
A vencer de 31 a 60 dias	316.606	225.668	316.606	225.668
A vencer de 61 a 120 dias	312.865	250.637	312.865	250.637
A vencer de 121 a 180 dias	152.339	85.300	152.339	85.300
A vencer de 181 a 365 dias	39.093	65.521	39.093	65.521
A vencer acima de 365 dias	35.973	70.970	35.973	70.970
Total a vencer	1.786.752	1.358.861	1.786.752	1.358.861
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	146.973	100.112	146.973	100.112
Vencidos de 31 a 60 dias	80.733	100.834	80.733	100.834
Vencidos de 61 a 120 dias	81.750	27.636	81.750	27.636
Vencidos de 121 a 180 dias	37.574	9.911	37.574	9.911
Vencidos de 181 a 365 dias	42.369	24.503	42.369	24.503
Vencidos acima de 365 dias	80.874	41.720	80.874	41.720
Total vencidos	470.273	304.716	470.273	304.716
Total	2.257.025	1.663.577	2.257.025	1.663.577

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 180 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Ativo

	2014	2013
Recuperação de sinistros	201.915	143.096
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(14.424)	(43.306)
Total - operações com resseguros	187.491	99.790

	2014	2013
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	900.877	608.136
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	80.672	55.604
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	559.743	358.775
Risco vigente não emitido - RVNE	133.739	96.055
Provisão de despesas relacionadas - PDR	11.551	807
Outras - PCP	-	15.994
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.686.582	1.135.371

b) Passivo

	2014	2013
Prêmios cedidos	895.464	581.404
Comissões a recuperar	(152.610)	(48.615)
Total - operações com resseguros	742.854	532.789

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de Ramos	2014			2013		
	Prêmio emitido líquido (*) (Nota 26f)	Resseguro cedido (**) (Nota 26f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (Nota 26f)	Resseguro cedido (**) (Nota 26f)	Retenção
Automóvel (***)	2.872.516	1.906	99,9%	2.469.556	772	99,9%
Patrimonial	1.068.364	601.773	47,7%	804.932	367.076	54,4%
Transportes	253.301	910	99,6%	251.900	11.933	95,3%
Marítimos/Aeronáuticos	248.536	193.825	22,0%	225.379	170.076	24,5%
Rural	390.944	131.575	66,3%	241.791	65.544	72,9%
Demais	344.712	171.171	50,3%	300.971	146.147	51,4%
Total	5.178.373	1.101.160	78,7%	4.294.529	761.548	82,3%

(*) Não inclui prêmio RVNE no valor de R\$ 122.135 (R\$ 130.645 em dezembro de 2013)

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 48.857 (R\$ 54.398 em dezembro de 2013)

(***) Não inclui DPVAT no montante de R\$ 134.798 (R\$ 99.907 em dezembro de 2013)

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	2014	2013
Crédito operacional - distribuição	38.828	47.050
BB MAPFRE Assistência (Nota 28)	28.015	12.161
MAPFRE Holding do Brasil (Nota 28)	8.786	9.791
DPVAT	6.939	1.955
Outros créditos	2.521	7.850
Total	85.089	78.807

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

|--|

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Desenvolvimento de sistemas	195.703	105.912	(17.217)	-	284.398	Imposto de renda	13.608	19.282
Marcas e patentes	145	170	-	-	315	(-) Antecipação de I.R.	(12.094)	(19.229)
(-) Amortização acumulada	20% (77.385)	-	311	(31.799)	(108.873)	Contribuição social	10.827	12.778
Total	118.463	106.082	(16.906)	(31.799)	175.840	(-) Antecipação de C.S.S.L.	(7.326)	(12.778)
15. OBRIGAÇÕES A PAGAR						COFINS	6.350	6.361
Fornecedores				2014	2013	PIS	1.089	1.045
Participação nos lucros a pagar				99.490	101.727	Total	12.454	7.459
Honorários, remunerações e gratificações a pagar				34.095	33.811	18. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS		
Cheques a compensar				20.089	21.139			
Compartilhamento de despesas (Nota 28)				11.862	26.572			
IOF				7.452	8.359	Prêmio cosseguro cedido	2014	2013
Outras obrigações				5.782	21.707	Outras operações com seguradoras	88.697	66.503
Total				179.991	217.253	Total	830	1.295
16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER						19. DEPÓSITO DE TERCEIROS		
IOF sobre prêmios emitidos				2014	2013			
Imposto de renda retido				94.030	80.034	De 1 a 30 dias	66.655	83.821
FGTS				19.095	12.049	De 31 a 60 dias	6.119	3.878
INSS				6.420	6.316	De 61 a 120 dias	27.963	9.711
Outros impostos e encargos sociais a recolher				1.496	9.799	De 121 a 180 dias	2.303	758
Total				127.654	118.874	De 181 a 365 dias	9.593	850
17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES						Superior a 365 dias	5.768	-
				2014	2013	Total	118.401	99.018
20. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS								

									2014
Seguros	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Outras provisões (PCP)	Saldo final	
Saldo inicial do exercício	2.252.059	1.306.454	202.153	50.753	31.335	-	31.216	3.873.970	
Constituições decorrentes de prêmios diferido	2.402.448	-	47.481	-	3.829	433	-	-	
Diferimento pelo risco decorrido	(1.980.234)	-	-	-	-	-	-	-	
Outras reversões	-	-	-	(6.563)	-	(587)	(31.216)	-	
Aviso de sinistros	-	3.493.396	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de sinistros	-	(2.711.203)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(497.755)	-	-	-	-	-	-	
Atualizações	-	32.359	-	-	-	-	-	-	
Incorporação (Nota 31)	226.646	100.169	89.221	26.293	743	587	-	-	
Total das provisões técnicas	2.900.919	1.723.420	338.855	70.483	35.907	433	-	5.070.017	
Resseguros	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Outras provisões (PCP)	Saldo final	
Saldo inicial do exercício	454.829	639.427	55.604	(31.291)	808	-	15.994	1.135.371	
Constituições decorrentes de prêmios diferido	593.563	-	25.068	-	10.743	-	-	-	
Diferimento pelo risco decorrido	(354.910)	-	-	-	-	-	-	-	
Outras reversões	-	-	-	(18.243)	-	-	(15.994)	-	
Aviso de sinistros	-	1.114.331	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de sinistros	-	(404.205)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(409.131)	-	-	-	-	-	-	
Atualizações	-	9.934	-	-	-	-	-	-	
Incorporação (Nota 31)	-	55	-	-	-	-	-	-	
Total das provisões técnicas	693.482	950.411	80.672	(49.534)	11.551	-	-	1.686.582	

									2013
Seguros	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Outras provisões (PCP)	Saldo final	
Saldo inicial do exercício	2.808.147	1.224.226	171.806	50.753	31.335	-	31.216	4.235.395	
Constituições decorrentes de prêmios diferido	1.986.257	-	30.347	-	-	-	-	-	
Diferimento pelo risco decorrido	(2.542.345)	-	-	-	-	-	-	-	
Aviso de sinistros	-	2.455.169	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de sinistros	-	(2.468.870)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	60.651	-	-	-	-	-	-	
Atualizações	-	35.278	-	-	-	-	-	-	
Total das provisões técnicas	2.252.059	1.306.454	202.153	50.753	31.335	-	31.216	3.873.970	
Resseguros	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Outras provisões (PCP)	Saldo final	
Saldo inicial do exercício	400.346	331.420	35.521	-	-	-	31.801	799.088	
Constituições decorrentes de prêmios diferido	366.989	-	20.083	-	808	-	-	-	
Diferimento pelo risco decorrido	(312.506)	-	-	-	-	-	-	-	
Outras reversões	-	-	-	(31.291)	-	-	(15.807)	-	
Aviso de sinistros	-	1.020.887	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de sinistros	-	(429.239)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(284.899)	-	-	-	-	-	-	
Atualizações	-	1.258	-	-	-	-	-	-	
Incorporação (Nota 31)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total das provisões técnicas	454.829	639.427	55.604	(31.291)	808	-	15.994	1.135.371	
Custo de aquisição diferido							2014	2013	
Saldo no início do exercício							467.795	494.347	
Constituições							820.932	484.004	
Reversões/baixas							(829.226)	(510.556)	
Incorporação (Nota 31)							280.005	-	
Saldo no final do exercício							739.506	467.795	

21. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Montante estimado para os sinistros									
No ano do aviso	2.882.105	1.417.906	1.311.314	1.591.618	2.131.987	2.933.188	2.812.958	3.274.253	3.274.253
Um ano após o aviso	3.018.116	1.345.391	1.361.293	1.643.299	2.203.468	2.859.906	2.781.857	-	2.781.857
Dois anos após o aviso	3.020.867	1.365.546	1.428.041	1.673.994	2.245.669	2.848.299	-	-	2.848.299
Três anos após o aviso	3.033.780	1.375.983	1.428.166	1.701.648	2.243.197	-	-	-	2.243.197
Quatro anos após o aviso	3.067.856	1.385.681	1.437.480	1.713.194	-	-	-	-	1.713.194
Cinco anos após o aviso	3.090.147	1.398.067	1.434.094	-	-	-	-	-	1.434.094
Seis anos após o aviso	3.107.244	1.403.423	-	-	-	-	-	-	1.403.423
Sete anos ou mais após o aviso	3.112.026	-	-	-	-	-	-	-	3.112.026
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2014	3.112.026	1.403.423	1.434.094	1.713.194	2.243.197	2.848.299	2.781.857	3.274.253	18.810.343
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	3.029.830	1.374.635	1.394.938	1.668.368	2.172.792	2.757.108	2.576.497	2.176.733	17.150.901
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	82.196	28.788	39.156	44.826	70.405	91.191	205.360	1.097.520	1.659.442
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2014									308.918
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)									1.968.360
Provisões DPVAT e retrocessão									200.306
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)									2.168.666
Bruto de resseguros									
Montante de sinistros pagos									
No ano do aviso	2.452.171	972.661	1.006.534	1.187.712	1.533.541	2.153.977	2.014.094	2.176.733	2.176.733
Um ano após o aviso	2.797.090	1.289.324	1.307.187	1.582.236	2.007.503	2.669.694	2.576.497	-	2.576.497
Dois anos após o aviso	2.890.389	1.322.121	1.349.951	1.626.025	2.116.248	2.757.108	-	-	2.757.108
Três anos após o aviso	2.925.661	1.340.416	1.369.088	1.648.104	2.172.792	-	-	-	2.172.792
Quatro anos após o aviso	2.963.262	1.351.152	1.383.588	1.668.368	-	-	-	-	1.668.368
Cinco anos após o aviso	2.989.691	1.366.812	1.394.938	-	-	-	-	-	1.394.938
Seis anos após o aviso	3.007.776	1.374.635	-	-	-	-	-	-	1.374.635
Sete anos ou mais após o aviso	3.029.830	-	-	-	-	-	-	-	3.029.830
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	3.029.830	1.374.635	1.394.938	1.668.368	2.172.792	2.757.108	2.576.497	2.176.733	17.150.901

continua *

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Líquido de resseguros

Data de aviso

Montante estimado para os sinistros

No ano do aviso

Um ano após o aviso

Dois anos após o aviso

Três anos após o aviso

Quatro anos após o aviso

Cinco anos após o aviso

Seis anos após o aviso

Sete anos ou mais após o aviso

Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2014

Pagamentos efetuados até 31.12.2014

Provisão de sinistros a liquidar no período de análise

Provisão agregada de sinistros em 31.12.2014

Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)

Provisões DPVAT e Retrocessão

Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)

Líquido de resseguros

Data de Aviso

Montante de sinistros pagos

No ano do aviso

Um ano após o aviso

Dois anos após o aviso

Três anos após o aviso

Quatro anos após o aviso

Cinco anos após o aviso

Seis anos após o aviso

Sete anos ou mais após o aviso

Pagamentos efetuados até 31.12.2014

22. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas

Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG

Parcela correspondente a resseguros contratados

Direitos creditórios

Provisões retidas pelo IRB

Depósitos judiciais

DPVAT

Total a ser coberto

Bens oferecidos em cobertura:

Quotas e fundos de investimentos

Títulos de renda fixa - públicos

Títulos de renda fixa - privados

Imóveis

Total

Ativos livres

23. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2014		2013	
	Quantidade	Valor da causa	Quantidade	Valor da causa
Provável	10.053	282.114	8.254	234.852

(*) Inclui o montante de R\$ 12.496 relativo a incorporação da empresa Mapfre Affinity S.A.

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2014		2013	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
Até 2000	246	21.660	234	27.633
de 2001 a 2005	963	29.535	801	32.176
de 2006 a 2010	3.233	102.487	4.028	115.405
de 2011 a 2014	5.611	128.432	3.191	59.638
Total	10.053	282.114	8.254	234.852

Prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 893 dias.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2014	2013
Saldo no início do período	234.852	211.350
Total pago no exercício	(54.735)	(8.744)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	54.411	-
Quantidade de ações pagas no exercício	2.341	87
Novas constituições no exercício	74.110	23.764
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	4.140	207
Alteração de estimativas ou probabilidades	2.667	8.482
Atualização monetária e juros	25.220	-
Saldo final do período	282.114	234.852

24. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais (*)	
	2014	2013	2014	2013
Fiscal	119.234	-	137.182	142
COFINS - Incorporação (Nota 31)	119.042	-	123.373	-
COFINS	192	-	1.692	-
PIS/COFINS (Multas de mora)	-	-	11.975	-
Outros	-	-	142	142
Trabalhista	7.975	8.784	8.708	9.386
Cível	8.576	4.000	4.670	312
Total	135.785	12.784	150.560	9.840

(*) "Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam o valor de R\$ 906 (R\$ 550 em 2013).

PIS - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos das emendas constitucionais nº 10/96 e 17/97 vigentes até janeiro de 1999. Os processos em que se discutem as matérias se encontram aguardando julgamento de recurso extraordinário, sobrestados em razão de reconhecimento de repercussão geral sobre a matéria - RE 578.846/SP. Os valores não recolhidos nos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela SELIC até dezembro de 2014 são de R\$ 10.430 (R\$ 10.128 em dezembro de 2013). A probabilidade de perda deste processo foi analisada como "possível", por este motivo não foi constituída a provisão. **PIS e COFINS** - Em novembro de 2013 a Seguradora discutia judicialmente o PIS e a COFINS, e possuía provisões de COFINS desde abril de 1999, e de PIS desde abril de 2009, tendo como base de cálculo os prêmios de seguro, face à revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09. Com a finalidade de obtenção dos benefícios oferecidos pelo REFIS, a Seguradora desistiu da discussão judicial e complementou a provisão dos tributos incidentes sobre as demais receitas até novembro de 2012 e pagou a totalidade do PIS e da COFINS provisionados. Os valores pagos no REFIS totalizaram R\$ 525.584, sendo R\$ 477.200 de COFINS e R\$ 48.384 de PIS. A partir de dezembro de 2012 a Seguradora vem recolhendo os tributos apenas sobre as receitas de prêmios de seguro e não incluindo as demais receitas, o valor de PIS e COFINS sobre as demais receitas, os quais não possuem provisão, atualizados pela SELIC até dezembro de 2014, são de R\$ 4.385 de PIS (R\$ 1.742 até dezembro de 2013) e R\$ 26.987 de COFINS (R\$ 10.723 dezembro de 2013). **PIS e COFINS** - Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a administração da Seguradora, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma seguradora. A fim de garantir a manutenção da base cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõem, a Seguradora ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, em agosto/2014. **PIS e COFINS** - Multa de mora - Em dezembro de 2013 a Seguradora desistiu da discussão judicial que concedia liminar para a suspensão dos créditos de PIS e de COFINS, e efetuou o pagamento a vista dos tributos vencidos entre janeiro e outubro de 2013 sem a incidência da multa, tendo em vista a referida liminar de suspensão. Face a não concordância da Receita Federal com o não pagamento da multa sobre referido período, a Seguradora ingressou com mandado de segurança para discutir a cobrança e efetuou depósito judicial de R\$ 10.305 de COFINS e R\$ 1.669 de PIS, atualizado até dezembro de 2014. Aguarda julgamento em primeira instância. A probabilidade de perda do processo é considerada pelos advogados como "possível", por este motivo não foi constituída a provisão. **IPC/BTNF** - A empresa discute em mandado de segurança direito à dedução imediata e integral da parcela atinente à diferença entre a variação do IPC e do BTNF na determinação do lucro real do ano-base de 1991 (exercício de 1992), sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei 8.200/91. O processo aguarda a decisão do Supremo Tribunal Federal no *leading case* nº 545.796/RJ, no qual foi reconhecida a repercussão geral da matéria (artigo 543-B do CPC). O valor atualizado até dezembro de 2014 é de R\$ 17.269 (R\$ 16.865 atualizado até dezembro de 2013). A probabilidade de perda do processo é considerada pelos advogados como "possível", por este motivo não foi constituída a provisão. **PIS e COFINS** - A MAPFRE Affinity Seguradora S.A., empresa incorporada em novembro de 2014, discutia judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e majorou a base de cálculo do PIS. A partir da decisão de segunda instância limitou-se o objeto da discussão à COFINS. A ação foi julgada parcialmente procedente. Interposto recurso de apelação, ao qual foi negado provimento, do que foi interposto recurso extraordinário, cujo julgamento se encontra sobrestado, aguardando julgamento de recurso representativo pelo STF. Em 2005 a Seguradora obteve liminar para depositar judicialmente o valor discutido de COFINS, os quais foram realizados até dezembro de 2013, quando passou a recolher o tributo. Todos os valores estão provisionados e, assim como os depósitos judiciais, estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar a COFINS e o PIS sobre as receitas financeiras e não operacionais, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	2.505.927	1.059.388	1.199.562	1.424.178	1.773.873	2.402.233	2.260.859	2.449.115	2.449.115
Um ano após o aviso	2.585.781	1.040.749	1.233.502	1.473.562	1.910.290	2.269.595	2.271.807	-	2.271.807
Dois anos após o aviso	2.593.157	1.058.421	1.271.482	1.497.292	1.936.082	2.278.019	-	-	2.278.019
Três anos após o aviso	2.609.509	1.067.413	1.276.094	1.530.566	1.934.270	-	-	-	1.934.270
Quatro anos após o aviso	2.639.606	1.079.909	1.286.351	1.533.695	-	-	-	-	1.533.695
Cinco anos após o aviso	2.651.218	1.085.340	1.292.980	-	-	-	-	-	1.292.980
Seis anos após o aviso	2.648.300	1.085.696	-	-	-	-	-	-	1.085.696
Sete anos ou mais após o aviso	2.651.785	-	-	-	-	-	-	-	2.651.785
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2014	2.651.785	1.085.696	1.292.980	1.533.695	1.934.270	2.278.019	2.271.807	2.449.115	15.497.367
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	2.579.575	1.068.945	1.268.648	1.505.968	1.903.312	2.234.365	2.234.317	2.004.760	14.799.890
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	72.210	16.751	24.332	27.727	30.958	43.654	37.490	444.355	697.477
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2014									277.783
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)									975.260
Provisões DPVAT e Retrocessão									200.306
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)									1.175.566

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	2.248.469	778.923	938.270	1.120.891	1.423.579	1.843.991	1.832.183	2.004.760	2.004.760
Um ano após o aviso	2.468.542	1.010.259	1.204.483	1.446.975	1.823.179	2.194.825	2.234.317	-	2.234.317
Dois anos após o aviso	2.508.898	1.028.422	1.232.813	1.474.193	1.892.596	2.234.365	-	-	2.234.365
Três anos após o aviso	2.533.319	1.041.104	1.246.260	1.490.154	1.903.312	-	-	-	1.903.312
Quatro anos após o aviso	2.562.362	1.050.287	1.258.874	1.505.968	-	-	-	-	1.505.968
Cinco anos após o aviso	2.574.830	1.061.888	1.268.648	-	-	-	-	-	1.268.648
Seis anos após o aviso	2.561.858	1.068.945	-	-	-	-	-	-	1.068.945
Sete anos ou mais após o aviso	2.579.575	-	-	-	-	-	-	-	2.579.575
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	2.579.575	1.068.945	1.268.648	1.505.968	1.903.312	2.234.365	2.234.317	2.004.760	14.799.890

passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como "possível", sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela entre abril de 2009 e outubro de 2014, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.088 e de PIS R\$ 1.321. Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é "provável" para o qual a Seguradora recolheu normalmente o tributo até data da incorporação. **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. **Cíveis** - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas estipulantes de apólice de seguro de vida em grupo, na justiça trabalhista, pleiteando direitos oriundos da relação de trabalho existentes com as estipulantes, entre eles, negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. Não há, nestes casos, qualquer relação empregatícia entre os demandantes e a Seguradora.

b) Movimentação

	2014				2013			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.784	4.000	12.784	539.045	7.125	4.000	550.170
Constituições	-	4.186	4.109	8.295	127.529	2.151	-	129.680
Incorporação	119.042	-	-	119.042	-	-	-	-
Atualização monetária	192	3.074	467	3.733	66.678	-	-	66.678
Baixas	-	(8.069)	-	(8.069)	(733.252)	(492)	-	(733.744)
Saldo final	119.234	7.975	8.576	135.785	-	8.784	4.000	12.784

c) Composição das ações judiciais de natureza trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	2014			2013		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
I - Trabalhista						
Provável	44	9.403	7.975	59	16.471	8.784
Possível	180	80.098	-	-	-	-
Total	224	89.501	7.975	59	16.471	8.784
II - Cível						
Provável	31	11.493	7.081	1	4.000	4.000
Possível	485	13.211	1.495	-	-	-
Total	516	24.704	8.576	1	4.000	4.000
III - Fiscais						
Provável	1	119.234	119.234	-	-	-
Possível	4	39.782	-	-	-	-
Total	5	159.016	119.234	-	-	-

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado é R\$ 1.549.863 (R\$ 1.369.263 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 1.108.531.148 (1.010.843.077 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias, sem valor nominal, sendo que o aumento de capital de R\$ 110.000 está em aprovação pela SUSEP.

b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2015 os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não sendo portanto, registrado os dividendos mínimos obrigatórios. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

26. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Automóvel	2.730.563	2.436.324	65,99%	67,26%	20,30%	20,63%
Patrimonial	1.016.547	834.414	67,67%	53,39%	20,76%	25,00%
Transportes	318.145	290.059	49,40%	63,40%	21,56%	11,48%
Rural	241.227	2				

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
f) Resultado com resseguro	(244.620)	(244.592)
Receita com resseguro	722.784	565.820
Recuperação de indenização	722.784	565.820
Despesas com resseguro	(967.404)	(810.412)
Prêmios de resseguro - direto	(1.128.797)	(822.461)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(223.281)	(201.526)
Prêmios de resseguro cancelados	195.474	196.809
Prêmios de resseguro restituídos	6.587	11.232
Salvados e ressarcimentos	(5.388)	(58.296)
Varição das provisões de resseguro	188.001	63.830
g) Despesas administrativas	(456.029)	(431.460)
Pessoal próprio	(252.807)	(224.093)
Serviços de terceiros	(68.013)	(78.742)
Localização e funcionamento	(157.322)	(144.859)
Publicidade e propaganda	(13.370)	(19.325)
Outras despesas administrativas	35.483	35.559
h) Despesas com tributos	(94.282)	(154.338)
Cofins	(76.117)	(132.625)
PIS	(12.874)	(16.689)
Taxa de fiscalização	(3.322)	(3.031)
Outras despesas com tributos	(1.969)	(1.993)
i) Resultado financeiro	200.290	288.913
Receitas financeiras	367.230	404.824
Títulos de renda fixa-privados	15.302	8.095
Títulos de renda fixa-públicos	32.843	5.317
Fundos de investimentos	147.063	129.624
Operações de seguros	163.935	93.248
Receitas com créditos tributários (*)	5.484	168.540
Atualização de depósitos judiciais	2.603	-
Despesas financeiras	(166.940)	(115.911)
Oscilação cambial	(97.067)	(39.470)
Operações de seguros	(50.564)	(41.349)
Despesas financeiras juros	(19.309)	(35.092)

(*) Em 2013 referem-se à reversão da atualização monetária relativas as contingências de PIS e COFINS, decorrente da adesão ao REFIS.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	123.734	123.734	74.595	74.595
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(30.910)	(18.560)	(18.649)	(11.189)
Diferenças temporárias	166	100	127.245	76.347
Diferenças permanentes	4.570	2.993	107.196	64.318
Prejuízo fiscal e base negativa	6.485	4.640	-	-
Seguros rurais	4.583	-	379	-
Deduções incentivadas	1.552	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.554)	(10.827)	216.171	129.476
Constituição/Reversão de crédito tributário	(6.651)	(4.740)	(127.245)	(76.347)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.205)	(15.567)	88.926	53.129
Alíquota efetiva (%)	16%	13%	-119%	-71%

b) Imposto de renda, contribuição social diferidos e tributos a recuperar

	2014	2013	Varição
Ativo	5.443	32.192	(26.749)
Tributos a compensar	1.930	12.162	(10.232)
Tributos retidos na fonte	7.373	44.354	(36.981)
Total circulante	7.373	44.354	(36.981)
Diferenças temporárias:			
Ajustes de títulos a valor justo	2.028	4.485	(2.457)
Contingências tributárias	40.471	-	40.471
Contingências cíveis	3.430	1.600	1.830
Provisão para riscos de crédito	31.232	31.548	(316)
Provisão para participação nos lucros	13.638	13.524	114
Contingências trabalhistas	3.190	3.514	(324)
Outras provisões	10.640	6.560	4.080
Prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social	334.522	345.646	(11.124)
Total não circulante	439.151	406.877	32.274

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

	Compensação de Crédito Tributário				
	2014	2015	2016	2017 (*)	2018
Resultado	-	220.234	253.687	841.814	908.065
Compensação (30% do Lucro)	-	(66.070)	(76.106)	(252.544)	(272.420)
Compensação do Crédito Tributário (40%)	-	(26.428)	(30.443)	(101.018)	(108.968)
IRPJ	209.687	(16.518)	(19.027)	(63.136)	(68.105)
CSLL	124.835	(9.910)	(11.416)	(37.882)	(40.863)
Saldo Crédito Tributário	334.522	(26.428)	(30.443)	(101.018)	(108.968)
Saldo a Compensar	334.522	308.094	277.651	176.633	67.665

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do Grupo.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo providos aos administradores foram R\$ 4.990 (R\$ 4.801 em 31 de dezembro de 2013). **b) Compartilhamento de despesas:** Em 2012, foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BB MAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando do nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e as receitas e despesas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

PARTES RELACIONADAS	Relação	2014				2013			
		Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	4.304	211	-	50.969	3.439	506	-	27.764
BrasilVeículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	12.431	-	-	120.010	15.414	1.807	-	123.053
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	28.015	-	117.084	-	12.161	-	96.496	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	10.575	5.429	-	74.027	14.058	4.593	-	43.728
MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	27.568	-	5.193	145	-	37.584
MAPFRE Vida S.A. (*)/(**)	Coligada	31.821	1.812	-	27.910	2.182	1.126	-	10.732
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	19.048	-	6.227	-	1.857	-	1.568	-
MAPFRE DTVM (**)	Coligada	-	-	382	-	-	-	202	-
MAPFRE Previdência S.A.	Coligada	-	490	1.228	-	-	-	1.096	-
Vida Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	7.985	-	1.051	182	-	8.437
MAPFRE Holding do Brasil (****)	Ligada	8.786	-	-	-	9.791	-	-	-

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas. (**) Administração da carteira de investimentos. (***) Refere-se a saldo apurado entre empresas do Grupo para adequação da alocação dos segmentos das operações de seguros, conforme previsto no acordo dos acionistas e créditos a receber de cisão da carteira de R\$ 22.047 e R\$ 6.996, respectivamente. (****) Refere-se a adiantamentos de serviços de assistência.

29. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.228 (R\$ 1.096 em 2013).

30. TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA REALIZADA EM 2013

a) Transferência de carteira para a Brasilveículos Companhia de Seguros: Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de seguros de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013, empresa originalmente detentora dessa carteira. A referida operação foi aprovada através da Carta SUSEP/SEGER nº 385/2012 de 24 de outubro de 2012 e

comunicada pela Seguradora no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2012. A vigência média da carteira transferida foi de 6 meses e o valor financeiro líquido referiu-se aos direitos e obrigações transferidos no valor de R\$ 231.406, conforme demonstrado abaixo. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: *i.* Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma seguradora, com relação ao seguro. *ii.* Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros. *iii.* Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente. *iv.* Saldo dos valores cindidos:

Ativo	
Circulante	(1.154.519)
Disponível	(668.177)
Caixa e bancos	(668.177)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(345.622)
Prêmios a receber	(577.028)
Operações com seguradoras	231.406
Títulos e créditos a receber	(1.935)
Títulos e créditos a receber	(1.935)
Outros valores e bens	(38.263)
Bens à venda	(38.263)
Custos de aquisição diferidos	(100.522)
Seguros	(100.522)
Ativo não circulante	(16.944)
Imobilizado	(16.944)
Imóveis de uso próprio	(16.944)
Total do ativo	(1.171.463)
Passivo	
Circulante	(1.162.885)
Contas a pagar	(37.176)
Impostos e encargos sociais a recolher	(37.176)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(60.836)
Corretores de seguros e resseguros	(60.836)
Provisões técnicas - seguros	(1.064.873)
Danos	(1.064.873)
Passivo não circulante	(8.578)
Provisões técnicas - seguros	(8.578)
Danos	(8.578)
Total do passivo	(1.171.463)

b) Transferência da carteira de seguro rural: Em 14 de março de 2012 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou por unanimidade a parceria entre Banco do Brasil e MAPFRE Seguros, determinando a venda da carteira de seguro rural da MAPFRE. A operação visa que o GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE, em relação ao mercado de seguro rural, volte aos níveis de participação que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil (Seguradora do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE) detinha antes da formação da parceria. Com base nessa determinação, em 11 de setembro de 2012 a Seguradora firmou instrumento particular de venda da carteira com a Companhia Excelsior de Seguros. Em 21 de dezembro de 2012 foi protocolado junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o pedido da referida operação, cujo aval, sem restrições, foi concedido pelo órgão e publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2013. Em 25 de fevereiro de 2014 a SUSEP aprovou a venda da carteira, conforme Portaria nº 5.752. A efetivação ocorreu em 1º de julho de 2014 e respectivos valores estão demonstrados no saldo de transferência abaixo:

Ativo	
Circulante	(131.860)
Disponível	(58.397)
Caixa e bancos	(58.397)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(68.862)
Prêmios a receber	(68.862)
Outros créditos operacionais	16.087
Custos de aquisição diferidos	(20.688)
Seguros	(20.688)
Total do ativo	(131.860)
Passivo	
Circulante	(131.860)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.084)
Corretores de seguros e resseguros	(3.084)
Provisões técnicas - seguros	(128.776)
Danos	(128.776)
Total do passivo	(131.860)

31. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, apurado pelo valor contábil, da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., conforme deferimento formalizado através da Carta 206/2014/SUSEP-SEGER em 10 de junho de 2014. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2014. A incorporação foi aprovada pela SUSEP por meio da Portaria SUSEP 6.166 de 23 de janeiro de 2015. Os saldos antes incorporados em 1º de novembro de 2014 estão apresentados abaixo:

Ativo	
Circulante	727.764
Disponível	10.283
Aplicações	194.550
Créditos das operações com seguros e resseguros	150.501
Prêmios a receber	141.591
Operações com seguradoras	3.553
Outros créditos operacionais	5.357
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	55
Títulos e créditos a receber	113.550
Outros valores e bens	5
Despesas antecipadas	474
Custos de aquisição diferidos	258.346
Ativo não circulante	394.032
Aplicações	191.657
Títulos e créditos a receber	171.197
Custos de aquisição diferidos	21.659
Investimentos	405
Imobilizado	208
Intangível	8.906
Total do ativo	1.121.796

Passivo	
Circulante	501.277
Contas a pagar	18.542
Obrigações a pagar	9.709
Impostos e encargos sociais a recolher	3.718
Encargos trabalhistas	177
Impostos e contribuições	2.054
Outras contas a pagar	2.884
Débitos de operações com seguros e resseguros	86.081
Prêmios a restituir	1.596
Operações com seguradoras	49
Operações com resseguradoras	102
Corretores de seguros e resseguros	62.039
Outros débitos operacionais	22.295
Depósitos de terceiros	2.433
Provisões técnicas - seguros	394.221
Passivo não circulante	168.485
Contas a pagar	4
Provisões técnicas - seguros	49.439
Outros débitos	119.042
Patrimônio líquido	452.034
Total do passivo e patrimônio líquido	1.121.796

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avaliação dos impactos da extinção do regime tributário de transição (RTT): No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições na Lei 12.973/14 têm vigência obrigatória a partir de 2015, sendo facultativo a adoção antecipada dessa nova regulamentação fiscal para o ano-calendário de 2014. Nesse contexto, a Seguradora optou por não adotar de forma antecipada os dispositivos da Lei 12.973/14, tomando como base a análise efetuada pela Administração sobre os possíveis impactos tributários dos novos dispositivos da referida Lei, a qual foi regulamentada pela Receita Federal por meio das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e nº 1.520, de 4 de dezembro de 2014. **b) Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria foi instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora. Em decorrência, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

continua *

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuariários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

Joel Garcia

CIBA 48

Atuário - MIBA 1131

Anexo I

Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes

Em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	4.869.609
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	200.408
Total de provisões técnicas	5.070.017

(*) Conforme Resolução CNSP 311/2014, § 1º a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.

2. Ativos de resseguro

Total de ativos de resseguro 1.686.582

3. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas

Provisões Técnicas (a) 4.869.609

Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNB (b) 352.560

Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c) 1.465.744

Depósitos Judiciais Redutores (d) -

Direitos Creditórios (e) 1.168.970

Provisões retidas pelo IRB (f) 173

Total a ser coberto (a - b - c - d - e - f) 1.882.162

4. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital Base (a) 15.000**Capital de Risco (b)** 966.382**Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)** 966.382

5. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) 1.506.122

Exigência de Capital (CMR) (b) 966.382

Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a - b) 539.740

Índice de Liquidez em relação ao Capital

Mínimo Requerido (*) 20,58%

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.

6. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos

1601 e 1390	100
0980	500
0987, 0984, 1384 e 1387	800
1377 e 0977	1.500
1103	2.000
0860	2.200
0310, 1537, 0993, 0195, 1417, 0234, 0378, 0520, 0524, 0525, 0531, 1597, 0746, 1433, 1101, 1107, 1381, 1329 e 0929	2.500
0112, 0553, 1428, 0628, 1528, 0351, 1162, 0542, 1130, 0115, 1065, 1061, 0982 e 0313	3.000
0114, 0656, 0622, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655 e 0621	5.000
0116, 0118, 0141, 0167, 0171 e 0196	7.500
0748, 0776 e 0775	10.000
1535	25.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 20, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, registrada até 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 9.133 mil líquido de impostos foi revertida em contrapartida ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Circular SUSEP nº 462/13. O registro dessa provisão embora anteriormente requerido pela SUSEP, não representava um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora e da Controlada decorrente de contratos de seguros em vigor, portanto, tanto a constituição quanto a reversão dessa provisão, estavam em desacordo com a prática contábil definida no CPC 11 - Contratos de seguros. Como consequência o resultado e o resultado abrangente da Seguradora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a maior, em R\$ 9.133 mil, líquido dos efeitos dos impostos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, que conteve ressalva em relação à constituição da Provisão Complementar de Prêmios (PCP) resultando numa subavaliação do patrimônio líquido no montante de R\$ 23.810 mil, líquido dos efeitos de impostos, em 31 de dezembro de 2013 e uma subavaliação do resultado e do resultado abrangente no montante de R\$ 422 mil, líquido dos efeitos de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Auditores Independentes

Érika Carvalho Ramos

CRC 2SP014428/O-6

Contadora CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira

Diretor Presidente

Roberto Barroso

Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino

Benedito Luiz Alves Dias

Carlos Alberto Landim

Cynthia Betti Rodrigues Qualharello

Dirceu Tiegs

Gilberto Lourenço da Aparecida

Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Galian

Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1.031

RIBPAV ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 09.118.105/0001-14

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 - Valores em R\$ 1,00

Balanço Patrimonial em 31/12/2014 e 2013 - Valores em R\$ 1,00		Passivo		Demonstração do Resultado do Exercício - Valores em R\$ 1,00					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			
Ativo	31.720.816	6.145.112	5.362.010	4.768.056	Receita Operacional bruta	23.467.443	17.151.082		
Circulante - Total	7.380.816	6.145.112	5.362.010	4.768.056	(+) Vendas e prestação de serviços	23.467.443	17.151.082		
Caixa e bancos	424.748	1.083.923	892.263	966.120	(-) Impostos sobre vendas e serviços	4.222.661	3.207.341		
Clientes (nota 3.1)	5.155.313	3.436.191	3.223.081	3.209.996	(=) Receita líquida	19.204.782	13.943.741		
Estoques (nota 3.2)	1.497.152	1.346.062	477.620	266.928	(-) Custos produtos e serviços vendidos	14.209.963	9.998.570		
Impostos recuperar e outros	303.603	278.937	336.726	106.372	(=) Lucro bruto	4.994.819	3.945.171		
Não Circulante - Total	9.628.975	10.381.390	17.009.791	16.526.502	(-) Despesas Administrativas e Financeiras	-	-		
Clientes (nota 3.1)	932.556	641.022	1.233.594	1.760.094	Despesas com o pessoal	1.404.838	1.088.389		
Diferido	-	678.598	10.414.186	9.998.351	Despesas com veículos	238.028	142.932		
Imobilizado (nota 3.3)	12.502.700	11.846.092	Capital integralizado (nota 3.6)	8.955.328	8.655.328	Frete, carretos e pedágios	558.848	875.563	
(-) Depreciações acumuladas	(3.806.281)	(2.784.322)	Reservas de lucros	1.458.858	1.343.023	Outras despesas	857.195	545.137	
Custos diferidos	678.599	(678.598)	Total do Passivo	17.009.791	16.526.502	(=) Resultado operacional	1.935.909	1.293.150	
Total do Ativo	17.009.791	16.526.502	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em R\$ 1,00		(-) Depreciações	1.021.989	910.978		
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31/12/2014: Apresentamos aos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, relativas ao exercício findo em 31/12/2014, apresentadas comparativamente com o exercício findo em 31/12/2013.		Capital integralizado		Lucros acumulados	(-) Despesas financeiras líquidas	752.629	465.056		
1. Contexto operacional - A Ribpav é uma Sociedade Anônima, com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto/SP, com objeto de terraplenagem, pavimentação e fábrica de tubos de concreto e usina de concreto betuminoso usinado a quente. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas e normas emanadas pela legislação brasileira e das normas da I.F.R.S. (International Financial Reporting Standards). 3. Principais práticas. 3.1. Clientes: Estão avaliados pelos valores Históricos. 3.2. Estoques: Estão avaliados pelo custo de aquisição e de produção. 3.3. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidas as depreciações calculadas pelo método linear. 3.4. Regime tributário: Pelo lucro real e reconhece as receitas, despesas e custos pelo regime de competência. 3.5. Empréstimos - Contabilizados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros até a data das presentes Demonstrações Financeiras e em garantia foram oferecidas avais, equipamentos e recebíveis. Empréstimos e Financiamentos		Circulante	Não Circulante	Saldo em 31/12/2012	7.180.098	1.428.808	(-) Imposto de Renda e C.S.L.L.	(32.387)	(82.885)
Banco Safra S/A	894.984	137.360	Integralização 2013	1.475.230	-	(-) Lucro líquido	128.904	(82.885)	
Banco Votorantim S/A	15.274	-	Resultado líquido exercício 2013	-	85.785	Resultado por ação	0,018	(0,010)	
			Saldo em 31/12/2013	8.655.328	1.343.023	Demonstrações do Fluxo de Caixa - R\$ 1,00			
			Ajuste de contas	-	13.069	Saldo inicial em 01/01	1.083.923	108.695	
			Integralização 2014	300.000	-	Geração interna de recursos - Total	1.829.462	1.503.692	
			Resultado líquido exercício 2014	-	128.904	Resultado líquido	128.904	(85.785)	
			Saldo em 31/12/2014	8.953.328	1.458.858	Depreciações	1.021.959	910.878	
			Banco Mercedes Benz S/A	97.457	176.262	Diferido	678.599	678.598	
			Banco Itaú S/A	1.128.802	198.425	Recursos operacionais - Total	(1.618.614)	(671.691)	
			Caixa Econômica Federal	895.291	721.548	Fornecedores	(69.857)	150.783	
			Banco Santander S/A	191.274	-	Impostos a receber e outros	(24.666)	301.741	
			3.223.081	1.233.594	3.6. Capital: Subscrito no valor de R\$ 11.822.000,00 dividido em 11.822.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 cada uma, e o capital integralizado é de R\$ 8.655.328,00. 4. O deságio nos recebíveis objeto da recuperação judicial da empresa Leão & Leão Engenharia Ltda. no valor de R\$ 166.528,32, somado com as despesas médicas e indenização trabalhista com um funcionário cometido por um acidente na central de gás da empresa SHF, no valor de R\$ 696.825,85, foram contabilizados como despesas operacionais do exercício de 2014. A administração da Ribpav ingressou com ação indenizatória contra a empresa SHG, buscando o ressarcimento dos prejuízos causados no referido acidente.	Fornece	(2.010.656)	(834.434)	
						Outras contas	637.656	-	
						Estoques	(151.090)	(289.781)	
						Recursos não operacionais - Total	(870.023)	1.500.423	
						Empréstimos e financiamentos	(513.415)	1.421.376	
						Aporte de capital	300.000	1.475.230	
						Imobilizado	(656.608)	(1.396.183)	
						Saldo atual em 31/12	424.748	2.441.119	
						Tuffy Said Júnior -Presidente; Lineu Mattaraia -Vice-Presidente; Luís Antônio Delomo Pandolfo -CRC-SP1SP086087/O-2-CPF 552.073.408-91			